



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 3ª Região
11ª Turma

REMESSA NECESSÁRIA CRIMINAL (427) Nº 5009038-07.2019.4.03.6000

RELATOR: Gab. 38 - DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS

PARTE AUTORA: ADELIO BISPO DE OLIVEIRA

JUIZO RECORRENTE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO GRANDE/MS - 5ª VARA FEDERAL

PARTE RE: DIRETOR DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE, UNIÃO FEDERAL

OUTROS PARTICIPANTES:



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

REMESSA NECESSÁRIA CRIMINAL (427) Nº 5009038-07.2019.4.03.6000

RELATOR: Gab. 38 - DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS

PARTE AUTORA: ADELIO BISPO DE OLIVEIRA

JUIZO RECORRENTE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO GRANDE/MS - 5ª VARA FEDERAL

PARTE RE: DIRETOR DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE, UNIÃO FEDERAL

OUTROS PARTICIPANTES:

RELATÓRIO

O DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS:

Trata-se de Reexame Necessário em Mandado de Segurança (art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009) a qual submetida r. sentença, proferida pelo MM. Juízo da 5ª Vara Federal de Campo Grande/MS e da lavra do Eminentíssimo Juiz Federal Dalton Igor Kita Conrado, que concedeu a segurança para anular o Procedimento Disciplinar de Interno nº 42/2019 – Penitenciária Federal de Campo Grande/MS, bem como para determinar que fica impedido, no âmbito da Penitenciária mencionada, enquanto o impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA estiver

cumprindo medida de segurança, que ele seja autuado por qualquer tipo de procedimento administrativo disciplinar de caráter punitivo, salvo se voltado para o tratamento da sua doença mental, devidamente atestada e solicitada por profissional de saúde especializado (ID's 146086351, 146086355, 146086356 e 146086357).

O presente remédio constitucional foi impetrado tendo como autoridade coatora o Diretor da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS, oportunidade em que se asseverou (...) *a liquidez e certeza do direito do impetrante em ver declarada a nulidade do ato administrativo consubstanciado na edição da PORTARIA CODIP-CG Nº 53, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019, bem como na necessidade de se impor limites ao poder da Direção da PFCG no que toca a instauração de procedimento punitivo-disciplinares, bem como na imposição de medida restritiva a direitos, a exemplo do isolamento preventivo e suspensão do direito de vista, enquanto estiver segregado naquela unidade para o cumprimento da medida de segurança definida em sentença penal transitada em julgado (...)* – ID 146086315.

Argumenta-se que ao impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA, para o qual houve a prolação de r. sentença absolutória imprópria (art. 386, VI, do Código de Processo Penal) em episódio relacionado à facada desferida ao então candidato à Presidência da República, à época Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro (ID146086316 – págs. 38/88), não seria possível a imputação de falta disciplinar (ou infração disciplinar administrativa) no seio do cumprimento de medida de segurança de internação na justa medida em que a legislação de regência não permitiria o apenamento (vale dizer, a punição) de inimputável. Dentro de tal contexto, requereu a concessão de ordem mandamental nos seguintes termos:

(...) Diante do exposto, nos termos do art. 4º, da Lei Complementar 80/94, a DPU vem requer: (...) (c) seja, liminarmente, determinado imediato afastamento das medidas cautelares de caráter punitivo impostas ao impetrante no bojo do Procedimento Disciplinar de Interno nº 42/2019-PFCG, caso ainda vigentes, notadamente aquelas de cunho disciplinar ao qual não está submetido, quais sejam: isolamento preventivo e suspensão de visita. (...) (f) no mérito, seja concedida a ordem para declarar a nulidade do ato administrativo que inaugurou o Procedimento Disciplinar de Interno nº 42/2019-PFCG (PORTARIA CODIP-CG Nº 53, DE 17 DE OUTUBRO DE 2019), uma vez que o impetrante, por expressa determinação legal (art. 44, parágrafo único, da LEP), no cumprimento de medida de segurança, não é parte legítima para figurar no polo passivo de apuração disciplinar de cunho punitivo; (g) também no mérito, seja garantido ao impetrante, ordem para impedir que, no âmbito da PFCG, enquanto estiver em cumprimento de medida de segurança, seja autuado qualquer tipo de procedimento administrativo disciplinar de caráter punitivo, bem como seja obstada a imposição de qualquer medida cautelar de caráter disciplinar, a não

ser que seja voltada para o tratamento da sua doença mental, devidamente atestada e solicitada por profissional de saúde especializado (...) – destaque no original.

Em parecer, a Procuradoria Regional da República oficiante nesta 3ª Região opinou pelo provimento parcial do Reexame Necessário, tecendo as seguintes considerações (ID 149686148):

(...) A Remessa Necessária merece ser parcialmente provida. Inicialmente, cumpre consignar que esta signatária compartilha do entendimento do E. Magistrado 'a quo' no sentido da inadequação do cumprimento de medida de segurança em estabelecimento Penitenciário Federal. Todavia, a questão se encontra superada, diante do decidido pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça que nos autos do Conflito de Competência n.º 172.812-MG, relatado pelo E. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, declarou competente o Juízo Federal da 5ª Vara Criminal de Campo Grande – SJ/MS (suscitado) para a custódia de ADÉLIO, determinando a continuidade de seu recolhimento no Presídio Federal de Campo Grande/MS com fundamento nas razões explicitadas na seguinte ementa: (...). Mantido o recolhimento do inimputável, para cumprimento de medida de segurança em Penitenciária, este não pode estar sujeito às sanções disciplinares, destinadas exclusivamente aos condenados à pena privativa de liberdade, restritiva de direitos e ao preso provisório, nos termos da LEP: (...). De fato, a internação prevista na segunda parte do artigo 97 do Código Penal dá-se para fins de tratamento até a cessação da periculosidade, não sendo razoável admitir que aquele que foi isento da pena do próprio crime, possa sofrer sanções disciplinares relativas a uma pena que não está sendo executada (e que tecnicamente não é privativa de liberdade), ou as consequências decorrentes de outra nova conduta que eventualmente constitua ilícito criminal ou administrativo, exatamente por não ter condições de discernimento. Se na data daquele fato ADÉLIO não foi capaz de entender o caráter ilícito de uma tentativa de homicídio contra o então candidato à presidência da República, não é admissível que poderia, no momento atual, compreender o caráter transgressor de comportamentos inadequados que constituem infrações disciplinares, sem tratamento específico para sua patologia. Não merece reparos, portanto, a r. sentença que anulou o Procedimento Disciplinar de Interno n.º 42/2019 e determinou que ADÉLIO BISPO DE OLIVEIRA não seja autuado por qualquer tipo de procedimento administrativo disciplinar de caráter punitivo enquanto estiver cumprindo a medida de segurança. Todavia, a ordem concedida revela-se exagerada ao estender a proibição para 'qualquer medida cautelar de caráter disciplinar, a não ser que seja voltada para o tratamento da sua doença mental, devidamente atestada e solicitada por profissional de saúde especializado'. É preciso ter em mente que, não obstante estar cumprindo medida de segurança, o internado encontra-se em uma Penitenciária Federal e, portanto, deve estar sujeito aos seus regulamentos. Apesar de o estabelecimento contar com unidade básica de saúde, não se trata de assistência médica integral, com a execução de um plano terapêutico para o paciente/preso, como em um Hospital de Custódia. Como se observa da informação prestada pelo DEPEN no OFÍCIO N.º

211/2020/CGCMP/DISPF/DEPEN/MJ, juntada aos autos do Conflito de Competência nº 172.812, nestes dois anos de internação ADÉLIO esteve com psiquiatras em apenas cinco oportunidades. (...) Não há dúvidas que existe, minimamente, uma assistência médica dentro do presídio, mas disso não se pode concluir que em eventual surto do interno, como o que ocorreu em 08/10/2019 e deu origem ao procedimento ora anulado, o reeducando será propriamente atendido por um profissional de saúde mental especializado para diagnosticar a situação e prescrever eventual medida para preservar sua saúde, bem como a dos outros internos e dos agentes de segurança. Impedir que a autoridade Impetrada tome medidas disciplinares neste momento resultaria num temerário salvo conduto para que o reeducando pudesse agir sem filtros, ou que atentasse contra a integridade física de outros detentos e funcionários. As medidas necessárias à apuração de eventual comportamento irregular do interno fazem-se imprescindíveis, não obstante o resultado do procedimento não possa ser nenhuma punição disciplinar. O trabalho da Autoridade Impetrada como responsável pela higidez do Estabelecimento Penal, organizado com base na disciplina, ficaria completamente inviável. A medida administrativa cautelar de isolamento prevista no Art. 52 do Decreto 6.049/07, mostra-se adequada e compatível com eventual distúrbio decorrente da doença mental do recluso: (...). Trata-se de reprodução de medida semelhante prevista na Lei de Execuções Penais: (...). Evidente que no caso em exame a medida não visaria a aplicação de eventual punição, até porque no âmbito do Sistema Penitenciário Federal somente a Autoridade Judicial pode determinar a sanção por cometimento de falta grave: (...). Neste caso, a medida cautelar administrativa de isolamento teria como finalidade acautelar eventual ato médico de profissional de saúde habilitado, protegendo a saúde do interno e dos demais ao seu redor, até a devida orientação médica. Desta forma, a situação que melhor se coaduna com a peculiar situação do interno inimputável, portador de transtorno delirante persistente e atualmente em cumprimento de medida de segurança, é aquela que proíbe sanções administrativas, mas admite a discricionariedade de a autoridade decretar, se for preciso, a cautelar de isolamento até que o tratamento seja assumido por profissional de saúde, equilibrando o direito do recluso de não ser submetido a regime disciplinar não previsto para medida de segurança e, ao mesmo tempo, garantindo ao Diretor do Presídio meios para que faça valer a garantia da ordem e, principalmente, a integridade física do interno, dos servidores e dos demais custodiados. (...) Pelo exposto, manifesta-se o Ministério Público Federal pelo provimento parcial da Remessa Necessária, para preservar a possibilidade de a Autoridade Impetrada determinar eventual medida cautelar administrativa de isolamento, com todas as exigências legais, a qual deverá perdurar apenas até que o profissional de saúde habilitado assumo o tratamento ou ateste a condição do recluso em voltar para o regime ordinário, mantendo-se, no mais, a anulação do Procedimento Disciplinar de Interno nº 42/2019 e os termos da r. sentença (...) – destaques no original.

É o relatório.

Dispensada a revisão nos termos regimentais.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

REMESSA NECESSÁRIA CRIMINAL (427) Nº 5009038-07.2019.4.03.6000

RELATOR: Gab. 38 - DES. FED. FAUSTO DE SANCTIS

PARTE AUTORA: ADELIO BISPO DE OLIVEIRA

JUIZO RECORRENTE: SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAMPO GRANDE/MS - 5ª VARA FEDERAL

PARTE RE: DIRETOR DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE, UNIÃO FEDERAL

OUTROS PARTICIPANTES:

VOTO

O DESEMBARGADOR FEDERAL FAUSTO DE SANCTIS:

A teor do disposto no art. 5º, LXIX, da Constituição Federal, *conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.* Importante ser dito que a disciplina legal do remédio constitucional em tela ficou a cargo da Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, cabendo destacar, a teor do art. 14, § 1º, da Lei indicada, que (...) *concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição (...).* Dentro de tal contexto, passa-se a apreciar o Reexame Necessário a que deve ser submetida a r. sentença colacionada nos documentos ID's 146086351, 146086355, 146086356 e 146086357.

DA MEDIDA DE SEGURANÇA – SITUAÇÃO SUBJACENTE QUE SE COADUNA COM A CONSTATAÇÃO DE QUE O AGENTE POSSUI INIMPUTABILIDADE PENAL – COMETIMENTO DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES NO CURSO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEGURANÇA – IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO A SER ATRIBUÍDA AO INIMPUTÁVEL – AUSÊNCIA DE PREVISÃO, NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL, DE FALTAS GRAVES PASSÍVEIS DE SEREM PERPETRADAS POR INIMPUTÁVEIS – ANÁLISE DO CASO CONCRETO: MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM MANDAMENTAL EM FAVOR DO IMPETRANTE COM A OBSERVAÇÃO DE QUE OS AGENTES FEDERAIS LOTADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE/MS

PODERAO ATUAR PRIMARIAMENTE COM O ESCOPO DE DEBELAR SITUAÇÃO CONCRETA QUE POSSA COLOCAR EM RISCO A VIDA DO IMPETRANTE, DOS DEMAIS RECOLHIDOS NA UNIDADE PRISIONAL E/OU DE SERVIDORES PÚBLICOS, DEVENDO, INCONTINENTEMENTE, SER ACIONADO O SETOR MÉDICO EXISTENTE NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL PARA ATENDIMENTO À SITUAÇÃO CONCRETA

O Direito Penal permite a imposição de pena (que poderá ser privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa) ao infrator da norma desde que este tenha discernimento e capacidade de entender o caráter ilícito da conduta perpetrada, tendo podido, desta forma, se determinar de maneira contrária ao ato executado. Entretanto, há situações em que o agente infrator da norma penal não se encontrava dotado de tais atributos (vale dizer, não possuía discernimento e capacidade para entender o caráter ilícito da sua conduta) em razão de doença mental que o acometia ao tempo da ação ou da omissão ou porque possuía desenvolvimento mental incompleto ou retardado, de molde que o ordenamento pátrio o isenta de pena nos exatos termos preconizados no art. 26 do Código Penal: *É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.*

De fato, não haveria qualquer sentido em aplicar a uma pessoa, ainda que tenha cometido um injusto penal (fato típico e antijurídico), uma sanção com caráter eminentemente punitivo-retributivo se tal pessoa sequer tinha condições de entender que cometeu uma infração penal à luz da doença mental que a acometia ou porque ostentaria desenvolvimento mental incompleto ou retardado, sendo recomendável a imposição a tal pessoa, chamada de inimputável para o sistema penal, de um tratamento médico ou ambulatorial que permitisse que ela recobrasse sua consciência e/ou lucidez. Aliás, a conclusão que se acaba de expor encontra normatização no Código Penal por meio do qual se nota, a partir de seu art. 96, um disciplinamento pormenorizado da “Medida de Segurança”, instituto este que (...) *é utilizad[o] pelo Estado na resposta ao comportamento humano voluntário violador da norma penal, pressupondo agente inimputável ou semi-imputável (...)* (STJ, HC 617.639/SP, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/02/2021, DJe 12/02/2021).

Importante ressaltar que, quando da efetivação de uma absolvição imprópria calcada na inimputabilidade do acusado (art. 386, VI, do Código de Processo Penal), analisa-se não a gravidade inerente ao delito que foi executado, mas sim a periculosidade do agente que o cometeu diante de seu quadro de debilidade cognitiva e/ou mental, assegurando-se, assim, à autoridade judiciária a escolha do tratamento que potencialmente tem o condão de se mostrar mais eficaz

para aquele quadro clínico sob o pálio da aplicação dos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade. Nesse sentido, vide o precedente que segue da lavra do C. Superior Tribunal de Justiça:

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE ESTUPRO. ABSOLVIÇÃO IMPRÓPRIA. TRATAMENTO AMBULATORIAL. LEGALIDADE. ART. 97 DO CÓDIGO PENAL. ACÓRDÃO IMPUGNADO QUE ANALISA AS PARTICULARIDADES DO CASO E A PERICULOSIDADE DO INDIVÍDUO. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se desconhece entendimento desta Corte Superior de Justiça no sentido de que, tratando-se de crime punível com reclusão, não é cabível a substituição da internação em hospital de custódia por tratamento ambulatorial. Precedentes. 2. Ocorre que, para uma melhor exegese do art. 97 do CP, à luz dos princípios da adequação, da razoabilidade e da proporcionalidade, não deve ser considerada a natureza da pena privativa de liberdade aplicável, mas, sim, a periculosidade do agente, cabendo ao julgador a faculdade de optar pelo tratamento que melhor se adapte ao inimputável. Assim, **na fixação da medida de segurança, por não se vincular à gravidade do delito perpetrado, mas à periculosidade do agente, é cabível ao magistrado a opção por tratamento mais apropriado ao inimputável, independentemente de o fato ser punível com reclusão ou detenção, em homenagem aos princípios da adequação, da razoabilidade e da proporcionalidade (HC 230.842/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 27/6/2016).** (...) (STJ, AgRg no REsp 1891989/SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/10/2020, DJe 15/10/2020) – destaque nosso.*

Nesse diapasão, tendo como base as premissas acima alicerçadas e forte na inferência de que ao inimputável não se aplica pena, mas sim medida de segurança, que tem seu fundamento de validade em razão da periculosidade do infrator penal à luz de que ele não detinha discernimento e capacidade para entender o caráter ilícito da sua conduta, razão pela qual acabou por não se determinar de maneira diversa (vale dizer, ao encontro do ordenamento jurídico) quando da ação ou da omissão penalmente relevante, chega-se à conclusão que **tal agente, quando do cumprimento da medida de segurança que lhe foi cominada, na eventualidade de cometer alguma falta disciplinar, continuaria padecendo da mesma ausência de cognoscibilidade que lhe acometia ao tempo em que perpetrou a infração penal** – em outras palavras, **não é porque o agente encontra-se em acompanhamento médico por força da aplicação de medida de segurança balizada em uma absolvição imprópria que ele passou a ter consciência e discernimento para saber que dado comportamento, no local em que se encontra recolhido para fins de tratamento, teria o condão de ensejar a execução de uma falta disciplinar.**

Justamente em face do que se acaba se sustentar, depreende-se que a **Lei de Execução Penal, de nº 7.210, de 11 de julho de 1984, ao disciplinar as faltas graves que poderiam ser executadas no ambiente prisional, deliberou, acertadamente, por não incluir a figura daquele que está cumprindo medida de segurança dentre os agentes que as poderiam levar a efeito, delimitando expressamente que somente os condenados às penas privativa de liberdade ou restritiva de direito, além dos presos provisórios, poderiam figurar como sujeitos ativos de atos de indisciplina** – a propósito, vide o art. 44, parágrafo único, da Lei mencionada: *Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório.*

Corroborando a inferência em tela, calha trazer à colação os arts. 50 e 51, ambos da Lei nº 7.210/1984, elencadores das faltas graves que somente os apenados com privação de liberdade ou com restrição de direitos podem cometer (o que também se estende, por força legal, ao preso provisório):

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; II - fugir; III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; IV - provocar acidente de trabalho; V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas; VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei; VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo; VIII - recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético. Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao **preso provisório**. (destaque nosso).

Art. 51. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que: I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta; II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta; III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.

Como se não bastasse o raciocínio acima elaborado, há, ainda, outro aspecto que possui o desiderato de indicar que efetivamente as faltas disciplinares não são passíveis de aplicação ao agente que está cumprindo medida de segurança. Com efeito, compulsando a Lei de Execução Penal, depreende-se que, **quando o legislador quis incluir a pessoa em medida segurança em alguma das regras de execução penal, ele o fez de maneira expressa**, conforme é possível ser visto na dicção do art. 42 da Lei nº 7.210/1984: *Aplica-se ao preso provisório e ao submetido à medida de segurança, no que couber, o disposto nesta Seção* (em referência à “Seção II – Dos Direitos” dos condenados e dos presos provisórios). Nesse diapasão, especificamente no que tange aos direitos dos

condenados e dos presos provisórios, verifica-se que o legislador, em razão de expressa previsão nesse sentido, alargou o âmbito de incidência de tais prerrogativas aos agentes que estão cumprindo medida de segurança, situação que reforça a constatação de que em situações outras em que não se nota a presença de norma elastecedora (como, por exemplo, o art. 42 transcrito), mostra-se defeso ao aplicador do Direito querer incluir a pessoa cumpridora de medida de segurança em tal disciplinamento (caso, conforme visto, das regras de disciplina e de faltas graves elencadas na Lei de Execução Penal).

Portanto, à luz de tudo o que se acaba de expor, verifica-se a **impossibilidade de se indicar como sujeito ativo de uma infração disciplinar uma pessoa que foi absolvida impropriamente e para a qual houve a imposição do cumprimento de medida de segurança.**

Adentrando ao caso concreto, nota-se que **o impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA foi absolvido impropriamente (art. 386, VI, do Código de Processo Penal) da imputação atinente ao desferimento de facada ao então candidato à Presidência da República, à época Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro, tendo-lhe sido aplicada medida de segurança na modalidade de internação (ID 146086316 – págs. 38/88), cabendo-se ressaltar a formação de coisa julgada material nos idos de 12 de julho de 2019 (ID 146086316 – pág. 110), o que, nos termos anteriormente tecidos, já tem o condão de permitir a conclusão de que o impetrante não poderia ser responsabilizado por infrações disciplinares eventualmente cometidas no seio do estabelecimento em que se encontra cumprindo medida de segurança.**

Ocorre, entretanto, que, **por fatos que teriam ocorrido em 08 de outubro de 2019**, entendeu por bem o Diretor da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, Sr. Rodrigo Almeida Morel, editar a Portaria CODIP-CG nº 53, de 17 de outubro de 2019, por meio da qual determinou a **instauração de Procedimento Disciplinar de Interno com o escopo de apurar eventual responsabilidade em face do impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA** – a propósito, mostra-se pertinente transcrever mencionada Portaria (ID 146086320):

(...) O Diretor da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, RODRIGO ALMEIDA MOREL, no uso de suas atribuições legais e considerando os fatos constantes no Ofício nº 410/2019/DISED-CG/DIPF-CG/PFCG/DEPEN/MJ (9935902) e anexos, da Divisão de Segurança e Disciplina da PFCG, datado de 10 de outubro de 2019, RESOLVE: 1. INSTAURAR Procedimento Disciplinar de Interno para apurar responsabilidades, no prazo de 30 (trinta) dias, em face do reeducando ADÉLIO BISPO DE OLIVEIRA prontuário nº 203333, haja vista que no dia 08/10/2019 por volta das 13h45min,

durante o procedimento de revista para o banho de sol, o referido interno não colaborou, não realizando o movimento corretamente. O agente o repreendeu e o interno recolheu suas roupas, chutando a porta e dizendo que não iria agachar, ao mesmo tempo em que mandou os agentes 'tomar no cu' por 2 vezes. Foi ordenado silêncio e que o interno colocasse suas mãos na boqueta, pois iria para o setor de isolamento. O interno desobedeceu a ordem dizendo que os agentes teriam que entrar para retirá-lo da cela. Após comunicação à Direção foi montada uma equipe composta por diversos agentes e o Setor de Inteligência que registrou toda a condução do interno, visando garantir a segurança, bem como evitar que os xingamentos e gritos do interno incitasse a desordem por parte dos outros internos da ala. Durante toda a condução para o Setor de Isolamento o interno resistiu, de modo que teve que ser conduzido imobilizado, evitando assim a utilização de armas menos letais e diminuindo o risco de resistência do mesmo, para sua segurança e dos agentes envolvidos. 2. ATRIBUIR aos Sindicados a violação, em tese, do disposto no artigo 45, incisos I (incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina) e V (deixar de prestar obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se) do Regulamento Penitenciário Federal, aprovado pelo Decreto nº 6.049/2007. 3. Com fulcro no art. 60 da Lei de Execução Penal, bem como no art. 52 do Regulamento Penitenciário Federal e art. 11 da Portaria da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal nº 275, de 10 de maio de 2016, DECRETAR, como medida cautelar administrativa, o ISOLAMENTO PREVENTIVO do sindicado pelo prazo de 10 (dez) dias, visando o interesse da disciplina e averiguação dos fatos ocorridos, e a SUSPENSÃO DA VISITA durante esse período. 4. Com fulcro no art. 2º da Portaria nº 1 da Penitenciária Federal em Campo Grande, de 26 de maio de 2015, DECRETAR, como medida cautelar administrativa, aos sindicados, a SUSPENSÃO DA REGALIA elencada no artigo 1º, inciso I, da referida norma, pelo prazo de 30 (trinta) dias. 5. DESIGNAR para a realização dos trabalhos os membros do Conselho Disciplinar da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, nos termos da Portaria da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal nº 07/2019, de 02 de julho de 2019, publicada no Boletim de Serviço de 29 de julho de 2019. 6. COMUNICAR imediatamente o Senhor Juiz Federal Corregedor da Penitenciária Federal em Campo Grande, o Senhor Diretor do Sistema Penitenciário Federal, Senhor Procurador-Chefe do Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União. 7. EXPEDIR memorando à Divisão de Segurança e Disciplina, para cumprimento da medida cautelar administrativa de suspensão de regalia. 8. CIENTIFICAR os internos. 9. ABRIR vista à Presidência do Conselho (...) – destaques no original.

Tendo como supedâneo a inferência de que o impetrante tinha sido considerado inimputável por sentença penal (absolutória imprópria) transitada em julgado (tanto que lhe foi cominada medida de segurança), **não era lícito, por falta de previsão na Lei de Execução Penal, ao Diretor da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS determinar a instauração de Procedimento Disciplinar de Interno em detrimento do impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA**, cabendo ressaltar, ademais, que, **em sede de sanção disciplinar, vigem os princípios da legalidade e da anterioridade**, nos exatos termos preconizados pelo art. 45 da Lei nº 7.210/1984 (*Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar*).

Portanto, para além da incompatibilidade lógica de se punir disciplinarmente no seio administrativo uma pessoa que foi tida como inimputável na seara criminal, na falta de artigo de lei dizendo que aquele que se encontra cumprindo medida de segurança deverá responder por seus atos de indisciplina eventualmente cometidos no estabelecimento em que se encontra custodiado, **evidenciada a procedência do entendimento encampado pelo magistrado monocrático que acabou por conceder a ordem mandamental postulada pelo impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA para anular o Procedimento Disciplinar de Interno nº 42/2019-PFCG/MS. Sem prejuízo, imperioso destacar que a ordem mandamental ora em apreciação também afastou a possibilidade de instauração de futuros procedimentos de cunho disciplinar em face do impetrante, o que também encontra o beneplácito do raciocínio concatenado ao longo deste voto, devendo, assim, ser mantida a r. sentença no ponto.**

A despeito do assentamento da correção da r. sentença submetida à Remessa Necessária (a teor do anteriormente sustentado), mostra-se pertinente ponderar, nesse momento, acerca dos apontamentos mencionados no parecer elaborado pela Procuradoria Regional da República por meio do qual se requer a parcial procedência da Remessa *Ex Officio* para (...) *preservar a possibilidade de a Autoridade Impetrada determinar eventual medida cautelar administrativa de isolamento, com todas as exigências legais, a qual deverá perdurar apenas até que o profissional de saúde habilitado assuma o tratamento ou ateste a condição do recluso em voltar para o regime ordinário (...)* (ID 149686148).

Com efeito, **as ponderações tecidas pelo Ministério Público Federal guardam pertinência e relevância e devem ser consideradas para fins de julgamento deste Reexame Necessário.** Isso porque é possível aventar-se situação em que o impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA venha porventura cometer algum ato análogo ao de indisciplina acaso tivesse sido considerado como imputável e, em razão de sua conduta, acabe por se colocar em risco (física ou mentalmente) ou que sua conduta repercuta na higidez que se faz necessária à incolumidade dos demais detentos ou dos servidores públicos lotados na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS. Dentro de tal contexto, **há que ser assegurada a possibilidade de que os agentes penitenciários possam agir de maneira incontinente apenas com o fito de debelar a situação de risco que foi vislumbrada pela atuação de inopino do impetrante** (que, frise-se, potencialmente pode estar se colocando em risco como também colocando terceiros em tal situação) **até que chegue ao local dos acontecimentos equipe médica que poderá melhor administrar a situação** (inclusive sob o viés técnico da enfermidade que poderá estar acometendo o impetrante naquele instante a ponto de eclodir riscos a sua vida ou a vida de terceiros).

Há que ser ponderado que a pessoa submetida à medida de segurança, em alguns momentos, pode ser acometida de um súbito surto psicótico ou de uma inesperada agitação psicomotora na qual seu juízo crítico de realidade pode estar prejudicado. Em tal contexto, perde-se a capacidade de ponderar sobre os riscos de seus atos, podendo colocar, por suas ações intempestivas, a vida própria ou de outrem em risco. Desta feita, **é imperioso que os agentes penitenciários possam adotar medidas para assegurar a proteção do impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA como também a dos demais internos e funcionários da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS, sendo que, em dadas hipóteses, pode ser necessária, inclusive, a contenção física do impetrante até que acorra ao local dos fatos a presença do médico plantonista daquela unidade prisional, pessoa tecnicamente apta a gerenciar a emergência psiquiátrica.** Não se desconhece que o ato médico é soberano, sendo que tanto a contenção mecânica como a químico-farmacológica são exemplos de expedientes que dependem da avaliação do profissional da área de saúde – entretanto, **até que tal avaliação seja possível de ser realizada, deve ser assegurada à equipe de agentes penitenciários a possibilidade de debelar, de forma incontinente, o risco criado que, no mais das vezes, pode ensejar o próprio perecimento do direito à vida (seja do impetrante, seja de terceiros).**

Nesse diapasão, **deve ser delimitada a ordem mandamental concedida em 1º grau de jurisdição, por meio do provimento parcial desta Remessa Necessária, para o desiderato de se permitir a atuação dos funcionários públicos lotados na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS para a finalidade de que seja possível realizar-se a contenção de algum surto psicótico ou psicomotor ou qualquer ato que porventura venha a ser praticado pelo impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA em contexto em que possa se autocolocar em risco ou que tenha o potencial de atingir bens jurídicos de terceiro (demais detentos e servidores públicos), como, por exemplo, suas respectivas integridades físicas, até que seja possível a chegada de equipe médica plantonista da unidade prisional em que custodiado o impetrante para fins de cumprimento de medida de segurança, momento a partir do qual o protocolo que deverá ser seguido deverá ser aquele prescrito pelos profissionais da saúde que passaram a realizar o atendimento.**

DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto por **DAR PARCIAL PROVIMENTO à Remessa Necessária** apenas para permitir a atuação dos funcionários públicos lotados na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS para a finalidade de que seja possível realizar-se a contenção de algum surto psicótico ou psicomotor ou qualquer ato que porventura venha a ser praticado pelo impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA em contexto em que possa se autocolocar em risco ou que tenha o potencial de atingir bens jurídicos de terceiro – demais detentos e

servidores públicos -, como, por exemplo, suas respectivas integridades físicas, até que seja possível a chegada de equipe médica plantonista da unidade prisional em que custodiado para fins de cumprimento de medida de segurança, momento a partir do qual o protocolo que deverá ser seguido deverá ser aquele prescrito pelos profissionais da saúde que passaram a realizar o atendimento, nos termos anteriormente expendidos.

EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA EM MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA DE SEGURANÇA. SITUAÇÃO SUBJACENTE QUE SE COADUNA COM A CONSTATAÇÃO DE QUE O AGENTE POSSUI INIMPUTABILIDADE PENAL. COMETIMENTO DE INFRAÇÕES DISCIPLINARES NO CURSO DO CUMPRIMENTO DE MEDIDA DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO A SER ATRIBUÍDA AO INIMPUTÁVEL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO, NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL, DE FALTAS GRAVES PASSÍVEIS DE SEREM PERPETRADAS POR INIMPUTÁVEIS. ANÁLISE DO CASO CONCRETO: MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA CONCESSIVA DA ORDEM MANDAMENTAL EM FAVOR DO IMPETRANTE COM A OBSERVAÇÃO DE QUE OS AGENTES FEDERAIS LOTADOS NA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CAMPO GRANDE/MS PODERÃO ATUAR PRIMARIAMENTE COM O ESCOPO DE DEBELAR SITUAÇÃO CONCRETA QUE POSSA COLOCAR EM RISCO A VIDA DO IMPETRANTE, DOS DEMAIS RECOLHIDOS NA UNIDADE PRISIONAL E/OU DE SERVIDORES PÚBLICOS, DEVENDO, INCONTINENTEMENTE, SER ACIONADO O SETOR MÉDICO EXISTENTE NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL PARA ATENDIMENTO À SITUAÇÃO CONCRETA.

- O Direito Penal permite a imposição de pena (que poderá ser privativa de liberdade, restritiva de direito ou multa) ao infrator da norma desde que este tenha discernimento e capacidade de entender o caráter ilícito da conduta perpetrada, tendo podido, desta forma, se determinar de maneira contrária ao ato executado. Entretanto, há situações em que o agente infrator da norma penal não se encontrava dotado de tais atributos (vale dizer, não possuía discernimento e capacidade para entender o caráter ilícito da sua conduta) em razão de doença mental que o acometia ao tempo da ação ou da omissão ou porque possuía desenvolvimento mental incompleto ou retardado, de molde que o ordenamento pátrio o isenta de pena nos exatos termos preconizados no art. 26 do Código Penal.

- Não haveria qualquer sentido em aplicar a uma pessoa, ainda que tenha cometido um injusto penal (fato típico e antijurídico), uma sanção com caráter eminentemente punitivo-retributivo se tal pessoa sequer tinha condições de entender que cometeu uma infração penal à luz da doença mental que a acometia ou porque ostentaria desenvolvimento mental incompleto ou retardado,

sendo recomendável a imposição a tal pessoa, chamada de inimputável para o sistema penal, de um tratamento médico ou ambulatorial que permitisse que ela recobrasse sua consciência e/ou lucidez.

- Quando da efetivação de uma absolvição imprópria calcada na inimputabilidade do acusado (art. 386, VI, do Código de Processo Penal), analisa-se não a gravidade inerente ao delito que foi executado, mas sim a periculosidade do agente que o cometeu diante de seu quadro de debilidade cognitiva e/ou mental, assegurando-se, assim, à autoridade judiciária a escolha do tratamento que potencialmente tem o condão de se mostrar mais eficaz para aquele quadro clínico sob o pálio da aplicação dos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade. Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça.

- Tendo como base as premissas acima alicerçadas e forte na inferência de que ao inimputável não se aplica pena, mas sim medida de segurança, que tem seu fundamento de validade em razão da periculosidade do infrator penal à luz de que ele não detinha discernimento e capacidade para entender o caráter ilícito da sua conduta, razão pela qual acabou por não se determinar de maneira diversa (vale dizer, ao encontro do ordenamento jurídico) quando da ação ou da omissão penalmente relevante, chega-se à conclusão que tal agente, quando do cumprimento da medida de segurança que lhe foi cominada, na eventualidade de cometer alguma falta disciplinar, continuaria padecendo da mesma ausência de cognoscibilidade que lhe acometia ao tempo em que perpetrou a infração penal – em outras palavras, não é porque o agente encontra-se em acompanhamento médico por força da aplicação de medida de segurança balizada em uma absolvição imprópria que ele passou a ter consciência e discernimento para saber que dado comportamento, no local em que se encontra recolhido para fins de tratamento, teria o condão de ensejar a execução de uma falta disciplinar.

- A Lei de Execução Penal, de nº 7.210, de 11 de julho de 1984, ao disciplinar as faltas graves que poderiam ser executadas no ambiente prisional, deliberou, acertadamente, por não incluir a figura daquele que está cumprindo medida de segurança dentre os agentes que as poderiam levar a efeito, delimitando expressamente que somente os condenados às penas privativa de liberdade ou restritiva de direito, além dos presos provisórios, poderiam figurar como sujeitos ativos de atos de indisciplina (art. 44, parágrafo único).

- Adentrando ao caso concreto, nota-se que o impetrante foi absolvido impropriamente (art. 386, VI, do Código de Processo Penal) da imputação atinente ao desferimento de facada ao então candidato à Presidência da República, à época Deputado Federal, Jair Messias Bolsonaro, tendo-lhe sido aplicada medida de segurança na modalidade de internação, cabendo-se ressaltar a formação de coisa julgada material nos idos de 12 de julho de 2019, o que, nos termos anteriormente tecidos, já tem o condão de permitir a conclusão de que o impetrante não poderia ser responsabilizado por infrações disciplinares eventualmente cometidas no seio do estabelecimento em que se encontra cumprindo medida de segurança.

- Não era lícito, por falta de previsão na Lei de Execução Penal, ao Diretor da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS determinar a instauração de Procedimento Disciplinar de Interno em detrimento do impetrante em decorrência de supostos atos de indisciplina e de ofensas que teriam sido irrogadas nos idos de 08 de outubro de 2019 (data posterior ao trânsito em julgado da r.

sentença penal absolutória imprópria), cabendo ressaltar, ademais, que, em sede de sanção disciplinar, vigem os princípios da legalidade e da anterioridade, nos exatos termos preconizados pelo art. 45 da Lei nº 7.210/1984.

- Evidenciada, portanto, a procedência do entendimento encampado pelo magistrado monocrático que acabou por conceder a ordem mandamental postulada pelo impetrante para anular o Procedimento Disciplinar de Interno nº 42/2019-PFCG/MS. Sem prejuízo, a mesma ordem mandamental ora em apreciação também afastou a possibilidade de instauração de futuros procedimentos de cunho disciplinar em face do impetrante, o que também encontra o beneplácito do raciocínio concatenado ao longo deste julgamento colegiado, devendo, assim, ser mantida a r. sentença no ponto.

- Todavia, é possível aventar-se situação em que o impetrante venha porventura cometer algum ato análogo ao de indisciplina acaso tivesse sido considerado como imputável e, em razão de sua conduta, acabe por se colocar em risco (física ou mentalmente) ou que sua conduta repercuta na higidez que se faz necessária à incolumidade dos demais detentos ou dos servidores públicos lotados na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS. Dentro de tal contexto, há que ser assegurada a possibilidade de que os agentes penitenciários possam agir de maneira incontinente apenas com o fito de debelar a situação de risco que foi vislumbrada pela atuação de inopino do impetrante (que, frise-se, potencialmente pode estar se colocando em risco como também colocando terceiros em tal situação) até que chegue ao local dos acontecimentos equipe médica que poderá melhor administrar a situação (inclusive sob o viés técnico da enfermidade que poderá estar acometendo o impetrante naquele instante a ponto de eclodir riscos a sua vida ou a vida de terceiros).

- A pessoa submetida à medida de segurança, em alguns momentos, pode ser acometida de um súbito surto psicótico ou de uma inesperada agitação psicomotora na qual seu juízo crítico de realidade pode estar prejudicado. Em tal contexto, perde-se a capacidade de ponderar sobre os riscos de seus atos, podendo colocar, por suas ações intempestivas, a vida própria ou de outrem em risco. Desta feita, é imperioso que os agentes penitenciários possam adotar medidas para assegurar a proteção do impetrante como também a dos demais internos e funcionários da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS, sendo que, em dadas hipóteses, pode ser necessária, inclusive, a contenção física do impetrante até que ocorra ao local dos fatos a presença do médico plantonista daquela unidade prisional, pessoa tecnicamente apta a gerenciar a emergência psiquiátrica. Não se desconhece que o ato médico é soberano, sendo que tanto a contenção mecânica como a químico-farmacológica são exemplos de expedientes que dependem da avaliação do profissional da área de saúde – entretanto, até que tal avaliação seja possível de ser realizada, deve ser assegurada à equipe de agentes penitenciários a possibilidade de debelar, de forma incontinente, o risco criado que, no mais das vezes, pode ensejar o próprio perecimento do direito à vida (seja do impetrante, seja de terceiros).

- Dado parcial provimento à Remessa Necessária (apenas para permitir a atuação dos funcionários públicos lotados na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS para a finalidade de que seja possível realizar-se a contenção de algum surto psicótico ou psicomotor ou qualquer ato que porventura venha a ser praticado pelo impetrante em contexto em que possa se autocolocar em risco

ou que tenha o potencial de atingir bens jurídicos de terceiro – demais detentos e servidores públicos -, como, por exemplo, suas respectivas integridades físicas, até que seja possível a chegada de equipe médica plantonista da unidade prisional em que custodiado para fins de cumprimento de medida de segurança, momento a partir do qual o protocolo que deverá ser seguido deverá ser aquele prescrito pelos profissionais da saúde que passaram a realizar o atendimento).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Décima Primeira Turma, por unanimidade, decidiu DAR PARCIAL PROVIMENTO à Remessa Necessária apenas para permitir a atuação dos funcionários públicos lotados na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS para a finalidade de que seja possível realizar-se a contenção de algum surto psicótico ou psicomotor ou qualquer ato que porventura venha a ser praticado pelo impetrante ADELIO BISPO DE OLIVEIRA em contexto em que possa se autocolocar em risco ou que tenha o potencial de atingir bens jurídicos de terceiro - demais detentos e servidores públicos -, como, por exemplo, suas respectivas integridades físicas, até que seja possível a chegada de equipe médica plantonista da unidade prisional em que custodiado para fins de cumprimento de medida de segurança, momento a partir do qual o protocolo que deverá ser seguido deverá ser aquele prescrito pelos profissionais da saúde que passaram a realizar o atendimento, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: FAUSTO MARTIN DE SANCTIS

04/05/2021 13:34:37

<https://pje2g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 158487183



2105041334378370000015732187

IMPRIMIR

GERAR PDF